

## **Formação do professor da Área da Saúde: a quem interessa?**

Lígia Marques Vilas Bôas<sup>1</sup>

As últimas décadas marcam um processo de transformação na história da educação médica em várias partes do mundo. No Brasil, a discussão em torno do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e da necessidade de uma nova abordagem na formação médica tem fortalecido este movimento de mudanças no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto de transformações, levanta-se uma discussão acerca da necessidade da formação do docente universitário, especificamente do profissional de saúde que atua no campo da educação médica, considerando as atuais demandas sociais e políticas do país.

Em agosto de 2001, a Comissão da Câmara de Educação Superior (CES) / Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovaram as DCN. Este documento tem como referência, dentre outros, a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde Nº 8.080 de 19/9/1990, que regula as ações e serviços de saúde em todo o território nacional e estabelece, entre outros pontos, os princípios, as diretrizes e os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização Panamericana de Saúde (OPS), ratifica as propostas de mudança na concepção de saúde, e conseqüentemente da formação do profissional dessa área e lança o Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares das Escolas Médicas - PROMED, apresentando como principal objetivo promover uma discussão crítica acerca da relação entre educação e saúde, articulada com as políticas do Sistema Único de Saúde - SUS, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde. Essa política interministerial, que envolve o MS e o MEC, estabeleceu mudanças para a formação de profissionais médicos que devem ser preparados para a assistência integral e

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela UCSal. Mestre em Tecnologias em Saúde pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública - EBMSP. Supervisora Pedagógica do Núcleo de Supervisão Acadêmico-Pedagógica – NUSP - EBMSP.

humanizada, numa abordagem generalista, crítica e comprometida com a qualidade de vida do indivíduo e da coletividade (BRASIL, 2001).

Segundo Nogueira (2009), apesar de garantida pela legislação, essas mudanças geraram um cenário de muitos movimentos, que implicaram em avanços e retrocessos, em demandas por mudanças na concepção de saúde e das relações de poder dentro das universidades. Além disso, as propostas apresentadas nas DCN foram formuladas por diferentes grupos sociais, que não comungam exatamente do mesmo pensamento, mas são consensuais quanto à necessidade das universidades buscarem a formação de um novo tipo de profissional da área da saúde.

No ensino universitário, a formação do professor apresenta duas formas: a profissional e a não profissional. A primeira reconhece que a formação docente requer investimento intelectual e que exige a construção de uma série de habilidades específicas; a segunda compreende que ensinar se aprende ensinando e que basta reproduzir modelos e experiências vividas. No campo da saúde, a docência é exercida de forma não profissional, privada do processo de reflexão, que se desenvolve de forma intuitiva. No caso dos professores de medicina, de modo geral, a docência não é considerada profissão e o conhecimento técnico-científico é o bastante para atuarem como formadores de novos profissionais (COSTA, 2010).

Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 apresenta como conceito de docência a formação específica articulada com a prática em sala de aula e diz, em seu Art. 66, que a preparação para o exercício do magistério superior deverá ocorrer em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (BRASIL, 1996).

Pode-se concluir que as nossas leis e diretrizes funcionam, no campo do ensino superior, como indicativos pouco objetivos no que se refere à formação pedagógica do professor universitário, visto que os mestrados e doutorados têm em seu propósito a formação de pesquisadores. Além disso, as universidades, assim como o MEC estabelecem políticas de valorização da produção científica em detrimento da atividade de ensino, explicitando o desequilíbrio de prestígio entre essas ações acadêmicas. Em contrapartida, as DCN para a graduação em saúde delegam ao docente, importante papel no desenvolvimento e funcionamento de sua política, propõem um perfil de egresso com uma formação humanista e humanizada bem definidas como se a formação do discente não tivesse associação com a

formação do docente e não sofresse influência, para o bem ou para o mal, da posição ideológica e pedagógica.

Tratar da formação docente envolve a abertura de um campo de discussão que deve envolver todos os atores que compõem a cena educativa, ou seja, gestores, técnicos, docentes e discentes. Além disso, a política institucional deve estar comprometida com o movimento de mudança, já que os processos que tecem a rede que sustenta a universidade passam pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Ademais, sendo uma instituição social numa relação de espelho com a sociedade, suas mudanças seguem as transformações sociais e por ser uma instituição democrática sua relação com o Estado se dá de forma direta, "...em última instância, mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria antes o reflexo dele" (CHAUÍ, 2003, p.6).

Sendo assim, surge a questão: a quem interessa a formação didático-pedagógica do professor da área de saúde?

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. **Da prática médica à práxis médica: possibilidades pela Estratégia Saúde da Família.** Tese (Doutorado) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

BARBOSA, Raquel Lazzani Leite. **Formação de Educadores: desafios e perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** MEC, 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em enfermagem, medicina e nutrição. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 3/10/2001 [online]. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.htm>>. Acesso em: 28 de jun. 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** Set /Out /Nov /Dez. No. 24, 2003.

COSTA. Maria da Silva Campos. Formação pedagógica de professores de medicina. **Revista Latino Americana de Enfermagem.**18(1):[07 telas] jan-fev 2010. [www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae).

NOGUEIRA, Maria Inês. As Mudanças na Educação Médica Brasileira em Perspectiva: Reflexões sobre a Emergência de um Novo Estilo de Pensamento. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 33 (2): 262-270, 2009